

Samuel Miranda Mattos
(Organizador)



Educação Física e Áreas de Estudo do Movimento Humano 3

Atena
Editora
Ano 2020

Samuel Miranda Mattos
(Organizador)



Educação Física e Áreas de Estudo do Movimento Humano 3

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação física e áreas de estudo do movimento humano 3 [recurso eletrônico] / Organizador Samuel Miranda Mattos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF. Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-110-7 DOI 10.22533/at.ed.107201506</p> <p>1. Educação física – Pesquisa – Brasil. I. Mattos, Samuel Miranda.</p> <p style="text-align: right;">CDD 613.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo da educação física como forma de desenvolvimento humano, possibilita o aprimoramento psicomotor do sujeito em diferentes modos de vida. O livro Educação Física e Áreas de Estudo do Movimento Humano volume 3 e 4, reuni diferentes pesquisas em âmbito nacional, trazendo contribuições inéditas para os profissionais da área.

Ao total são 27 capítulos apresentados em dois volumes, com uma ampla diversidade de temas e modos de fazer pesquisa. Espera-se que a contribuição apresentada nestes e-books possibilite uma melhor atuação e reflexão acerca da produção científica brasileira.

Convido à todos e entrar nesta jornada e desejo uma excelente leitura!

Samuel Miranda Mattos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DANÇA E OS TEMAS TRANSVERSAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DIÁLOGOS E PRÁTICA DOCENTE	
Érica Jacira de Araújo Silva Mislene Florêncio de Almeida Viviane Maria Moraes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1072015061	
CAPÍTULO 2	15
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE QUALIDADE DE VIDA, NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA EM MILITARES DO BOPE/RJ	
Yanesko Fernandes Bella Fernanda Galante Bruno Horstmann Cesar Baraldi Gonella Marisangela Ferreira da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.1072015062	
CAPÍTULO 3	41
AVALIAÇÃO DO ESTADO DE FLUXO DE BOLSISTAS DO SUBPROJETO DO PIBID EM EDUCAÇÃO FÍSICA	
Mariane Aparecida Simão Maria Aparecida Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.1072015063	
CAPÍTULO 4	49
FUTEBOL DE CINCO: A INCLUSÃO PARA ALÉM DA DEFICIÊNCIA	
Júlia da Silveira Andreza Gazzana da Silva Possenti Farias Ana Flávia Backes	
DOI 10.22533/at.ed.1072015064	
CAPÍTULO 5	57
EFEITOS DO EXERCÍCIO FÍSICO EM INDIVÍDUOS COM LOMBALGIA CRÔNICA	
Danielli Rabello de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1072015065	
CAPÍTULO 6	68
CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Morgania Euzebio Ricardo Robinalva Borges Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1072015066	
CAPÍTULO 7	96
DISEASES IN A SAMPLE OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS	
Bruno Macedo Souza Daniel Massote de Melo Leite	
DOI 10.22533/at.ed.1072015067	

CAPÍTULO 8 103

ESTÂMINA: O AUTO-CONTROLE E SEU POTENCIAL PARA UM MAIOR ENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM ATIVIDADES AERÓBIAS CONTÍNUAS

Aurea dos Santos Mineiro
Mônica Morcélli
Camila de Freitas Duarte
Edson Torres de Freitas
Karen Krasucki
Erick Jerônimo Ferreira
Carlos Henrique Nascimento da Silva
Roberto Carlos Lopes
Fabrício Madureira Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.1072015068

CAPÍTULO 9 113

GESTÃO NO ESPORTE PARALÍMPICO: O FORTALECIMENTO DO GOALBALL BRASILEIRO

Rosane Barros Nascimento
João Paulo Borin
Alessandro Tosim
Paulo Cesar Montagner

DOI 10.22533/at.ed.1072015069

CAPÍTULO 10 127

GINÁSTICA CIRCENSE, A MAGIA DO CIRCO

Luciane Cristina Nunes Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.10720150610

CAPÍTULO 11 132

JOGOS INFANTIS DO POSTO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE NAPIPINE-CIDADE DE NAMPULA

Domingos Carlos Mirione
Gilberta Maria Lopes Sopas
Madalena António Tirano Bive

DOI 10.22533/at.ed.10720150611

CAPÍTULO 12 141

JUDO: O CAMINHO E A TRAVESSIA

Amanda Costa Drezza
Soraia Chung Saura

DOI 10.22533/at.ed.10720150612

CAPÍTULO 13 150

MEU CORPO, MEU UNIVERSO

Adriana Garcia de Oliveira Ladeira
Marina Nerone de Araujo

DOI 10.22533/at.ed.10720150613

CAPÍTULO 14 153

O ATLETISMO COMO ALTERNATIVA PARA ALÉM DOS ESPORTES COLETIVOS COM BOLA: NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Elizaldo Inaldo da Silva
Leandro Pedro de Oliveira
Peterson Amaro da Silva

Cláudio Aparecido de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.10720150614

SOBRE O ORGANIZADOR.....	168
ÍNDICE REMISSIVO	169

CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Data de aceite: 05/06/2020

Morgania Euzebio Ricardo

Egressa do Curso de Bacharelado em Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense–UNESC/Criciúma/SC. E-mail: morgania4071@unesc.net.

Robinalva Borges Ferreira

Professora Doutora da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC/Criciúma/SC. E-mail: rfe@unesc.net.

RESUMO: O presente estudo objetivou analisar a contribuição do estágio curricular obrigatório no processo de formação dos acadêmicos do curso de Bacharelado em uma ICES, bem como evidenciar suas contribuições, facilidades e dificuldades na percepção de acadêmicos e docentes, ao longo do curso. A pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação do questionário elaborado no *google forms*, o qual foi encaminhado para 75 acadêmicos matriculados nas quatro disciplinas de estágio e sete docentes de estágio. Um total de 40 voluntários participaram da pesquisa (33 acadêmicos e 7 docentes). Com os resultados analisados evidenciamos: quanto ao grau de importância do estágio na formação que a maioria dos acadêmicos consideram que contribui de forma parcial, enquanto a maioria dos professores considera muito importante.

Quanto ao o que foi significativo durante a realização do estágio obrigatório, os acadêmicos citaram as experiências profissionais em diversas modalidades, aplicação da teoria no mercado de trabalho, aprendizado e o contato com a realidade. Os docentes destacaram que muitos acadêmicos recebem elogios em suas atuações. No que se refere às dificuldades agrupamos em três blocos: quanto aos docentes; quanto aos acadêmicos e quanto à estrutura do estágio, com as seguintes evidências: visitas não realizadas, local de campo de estágio/ distância, horários, falta de profissionais com CREF, carga horária elevada, tempo para atuação, preenchimento de documentos no Estágio I e gastos. Das facilidades citadas: a receptividade dos supervisores de campo e a contribuição do estágio para a formação do bacharel em Educação Física. No entanto os pesquisados apresentaram muitas sugestões para a reformulação referentes à estrutura, modalidades/carga horária, atividades na Instituição, acompanhamento do estagiário, avaliações/relatórios/seminários, elaboração de treinos, entre outros. Quanto aos sentimentos que o estágio curricular obrigatório provoca nos acadêmicos estagiários destacaram a insegurança, ansiedade, frustração, e pouco evidenciaram a empolgação, satisfação, e realização durante o estágio. É necessário continuar os estudos acerca da temática.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio. Obrigatório. Formação Profissional. Educação Física. Bacharelado.

CONTRIBUTION OF CURRICULUM COMPULSORY STAGE FOR TRAINING OF PHYSICAL EDUCATION PROFESSIONAL

ABSTRACT: This study aimed to analyze the contribution of the compulsory curricular internship in the process of formation of the students of the Bachelor degree in an ICES, as well as to highlight their contributions, facilities and difficulties in the perception of academics and teachers, throughout the course. The field research was conducted by applying the questionnaire elaborated in google forms, which was sent to 75 students enrolled in the four internship disciplines and seven internship teachers. A total of 40 volunteers participated in the survey (33 academics and 7 teachers). With the analyzed results we show: as to the degree of importance of the internship in the formation that the majority of the academics consider that contributes partially, while the majority of the teachers considers very important. As for what was significant during the completion of the required internship, the academics cited professional experiences in various modalities, application of the theory in the labor market, learning and contact with reality. The teachers pointed out that many academics receive praise in their performances. Regarding the difficulties, we grouped into three blocks: regarding teachers; regarding the students and the structure of the internship, with the following evidences: missed visits, internship / distance field location, hours, lack of professionals with CREF, high workload, time to act, filling out documents in Stage I and spending. Of the mentioned facilities: the receptivity of the field supervisors and the contribution of the internship for the formation of the bachelor in Physical Education. However, the respondents presented many suggestions for the reformulation regarding the structure, modalities / workload, activities in the institution, monitoring of the intern, evaluations / reports / seminars, preparation of training, among others. As for the feelings that the compulsory curricular internship provokes in the intern students highlighted the insecurity, anxiety, frustration, and little evidenced the excitement, satisfaction, and accomplishment during the internship. Further studies on the subject are needed.

KEYWORDS: Required. Internship. Professional qualification. Physical Education. Bachelor degree.

1 | INTRODUÇÃO

O estágio curricular obrigatório no curso de Educação Física Bacharelado, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), Resolução N° 7, de 31 de março de 2004, em seu Art. 10 apresenta que a formação do graduado de Bacharel em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares. Isso é de fundamental importância para a formação profissional, uma vez que coloca o acadêmico

frente a frente com a realidade e as dificuldades no campo de trabalho.

O estágio curricular obrigatório como componente curricular, na formação dos profissionais de Educação Física Bacharelado tem como função revisar os conhecimentos adquiridos no decorrer da graduação, contribuir com a construção de conhecimentos, possibilitar a reflexão, confrontação da teoria e prática e proporcionar vivências práticas aos estagiários, ampliando as experiências em diversas áreas nas quais os egressos poderão atuar após a conclusão do curso, bem como contribuir com os profissionais dos campos de atuação, quem sabe levando algum conhecimento novo.

Durante a formação acadêmica de Bacharelado em Educação Física na Universidade Comunitária Catarinense os acadêmicos realizam quatro estágios curriculares obrigatórios, iniciando na 5ª fase e encerrando na 8ª fase.

Segundo a ementa disponível no PPC (2018) do curso estudado, o estágio curricular obrigatório, possui modalidades e cargas horárias definidas, totalizando 342 horas. O estágio I é dividido em duas modalidades, iniciação esportiva e atividades rítmicas com carga horária de 72 horas. O estágio II consiste em três modalidades, iniciação esportiva coletiva, individual e atividades rítmicas sua carga horária é de 90 horas. O terceiro estágio abrange duas modalidades, saúde coletiva com atuação no SUS (Sistema Único de Saúde) e atividades de rendimento esportivo coletivo ou individual, carga horária de 90 horas. O estágio IV consiste em duas modalidades, possibilitando ao acadêmico a opção de escolher uma modalidade desejada, juntamente com rendimento esportivo, totalizando uma carga horária de 90 horas.

A minha vivência e dos colegas que já cursaram e estão cursando a disciplina de estágio obrigatório, gerou reflexões relacionados à estrutura atual do presente estágio, sendo necessário novas observações acerca de melhorar a forma como se desenvolve o estágio obrigatório.

Nesse sentido, emergiu a problemática do estudo: Qual a contribuição do estágio curricular obrigatório na formação do profissional do Bacharel em Educação Física?

E como objetivo geral: Analisar a contribuição do estágio curricular obrigatório na formação do bacharel em Educação Física.

Tendo como objetivos específicos: Identificar facilidades e dificuldades dos acadêmicos do curso de Educação Física Bacharelado na realização o estágio curricular obrigatório; relatar as experiências vivenciadas ao longo do período em que os discentes realizaram as atividades de estágio.

O presente estudo apresenta grande relevância, pois não foram encontradas pesquisas sobre estágio obrigatório do Bacharelado em Educação Física na Universidade, e durante a elaboração do estado do conhecimento evidenciamos poucos estudos voltados para a formação de profissionais da área. Portanto contribuirá significativamente para as reflexões referentes à qualificação da formação do Bacharel em Educação Física.

2 | FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO BACHAREL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

O Ministério da Educação propôs as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, com a premissa de que a “concepção de professor como profissional do ensino que tem como principal tarefa cuidar da aprendizagem dos alunos, respeitada a sua diversidade pessoal, social e cultural” (BRASIL, 2001, p. 6), a licenciatura ganhou terminalidade e integralidade própria, enquanto o bacharelado constitui-se em projeto de curso de formação específica.

Para Nascimento e Rezer (2002), esta proposta traria em seu encadeamento em longo prazo uma fragmentação do conhecimento, porém, a contraponto, uma especialização com maior amplitude, considerando que a especificidade do curso se dá desde o início do processo de formação.

Os autores trazem ao longo do texto, questões pertinentes referentes a essas mudanças no cenário da formação do profissional de Bacharel em Educação Física, tendo que os elementos que fundamentam essa discussão resumem-se à atuação do profissional no mercado de trabalho, no sentido de contribuir nos processos dessa formação para este atendimento específico das demandas de mercado, “Licenciatura: campo escolar; Bacharelado: campo não escolar.” (NASCIMENTO; REZER, 2002, p. 2).

Sobre estas questões, faz-se preponderante a reflexão sobre esses avanços, entendendo a reivindicação por dignidade do mundo do trabalho, permitindo uma emancipação humana, em defesa das conquistas dos trabalhadores (GOLDSCHMIDT, 2016).

Nascimento e Rezer (2002, p. 8) nos apresentam a possibilidade de todos exercerem sua profissão de forma autônoma, assim como:

Maiores aprofundamentos teóricos por parte dos sujeitos que constituem este campo. Acredita-se que não há outra forma de possibilitar a ampliação das perspectivas de intervenção, senão tratar da ampliação das perspectivas de entendimento dos fenômenos que se apresentam no campo da Educação Física e suas relações com o mundo do trabalho. (NASCIMENTO; REZER, 2002, p. 8).

Houve, ao longo desses 18 anos, muitas discussões a respeito do cenário em que o campo da Educação Física brasileira se encontrava e se encontra, possibilitando vez e voz aos sujeitos dessa área no sentido de refletir não apenas sobre as determinações que foram e que são estabelecidas por instâncias superiores, sobre as conquistas pertinentes aos sujeitos que atuam nessa área, bem como avanços e desafios das profissões: professor e profissional de Educação Física (REZER, 2013, p. 203).

A partir deste ponto, foi possível também reconhecer que a formação inicial de um profissional vai além da formação acadêmica, passando por uma experiência de vida, aprendendo a gerir essas competências pessoais no campo de atuação, em que a prática faz parte do desenvolvimento profissional, considerando a formação integral um processo contínuo e multilateral (BOLFER, 2008, p. 61).

Segundo Januário:

Mesmo na formação inicial, onde as competências mais específicas relacionadas com as funções profissionais requeridas pela formação são o foco principal, devemos utilizar todos os recursos para o desenvolvimento do universo das competências pessoais, fornecendo experiências de vida e de formação que possam enriquecer o desenvolvimento, tanto ao nível do currículo formal como do informal. (JANUÁRIO, 2012, p. 24).

Sobre esta formação inicial acadêmica, visando a diferenciação entre o profissional docente de Educação Física e o bacharel, houve a necessidade de uma grade curricular específica, visto as demandas deste novo mercado não escolar das atividades físicas. Com a divisão do segmento e a instituição dos cursos de bacharelado, a formação veio atender a um novo perfil de profissional, que conforme Ghilard (1998, p. 1):

Não está ligado ao ensino regular, mas a uma nova e crescente fatia do mercado constituído por clubes, academias, empresas, condomínios, personal trainers, onde a atuação é direcionada não mais somente em executar habilidades, mas em saber como e porque executar. (GHILARD, 1998, p. 1).

Para Nozaki (2003), a normatização da profissão está fundamentada em justificativas corporativas da reserva de mercado, que desqualificaram a atuação dos considerados leigos que, por vezes, tratavam-se de trabalhadores com formação superior em outras áreas, como dança, artes ou música, ou ainda profissionais com qualificações específicas a partir de seus próprios códigos formadores, capoeira, yoga, artes marciais, entre outros.

Nessa busca pela identidade e legitimidade profissional, compreende-se a profissão não apenas como uma atividade ocupacional, mas um espaço de atuação que exige qualificação técnico-científica que é peculiar a cada campo de atuação.

De acordo com Scherer (2005), a conquista da profissão é a conclusão de um processo de ocupação organizada, que permite ao indivíduo o direito exclusivo de executar um tipo de trabalho. Para tanto, a profissão obedece algumas características primárias, “como: participar de uma formação inicial, construir um conhecimento específico, obter um licenciamento para atuar, participar de uma instituição que regula a intervenção profissional e ter uma autonomia parcial.” (SCHERER, 2005, p.38).

Ainda sobre a formação em Educação Física Bacharelado, os fundamentos que lhe competem estão nas “práticas de habilidades motoras, onde o aspecto essencial é a posse de um corpo de conhecimento para compreender a atividade motora”. (GHILARD, 1998, p. 1, apud MANOEL, 1999, p. 3). Sobretudo, Pellegrini (1998) afirma que a Educação Física como uma profissão deve se apoiar em profissionais que não possuem apenas a habilidade de executar, mas a capacidade de passar essas habilidades a outras pessoas com o objetivo de levá-las ao pleno desenvolvimento de suas capacidades motoras.

Assim, as discussões que cercam o campo do Bacharel em Educação Física abrangem

a concepção de uma área de estudo caracterizada “pela análise, ensino e aplicação do conjunto de conhecimentos sobre o movimento humano intencional e consciente nas suas dimensões biológica, comportamental, sociocultural e corporeidade.” (SCHERER, 2005, p. 35-36).

Contudo, para Lacks e Taffarel (2005), a Educação Física tem como característica histórica e essencial o trabalho pedagógico, em que a docência é à base de sua formação, e a ação a gênese do princípio estruturante do conhecimento científico indispensável ao currículo. Compreendendo a docência como ação pedagógica, sendo o cerne da identidade profissional de quem professa a Educação Física.

2.1 DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A história do processo de regulamentação da profissão do Educador Físico teve início nos anos quarenta, onde a Associação dos Professores de Educação Física – APEF’s – fundaram juntas a Federação Brasileira de Professores da Educação Física – FBAPEF, em 1946. Muitas discussões houveram na busca por reconhecimento profissional dos atuantes desta área.

Três fases distintas foram se delineando ao passar dos anos. A primeira referente ao manifesto solicitando respeito e reconhecimento da profissão, entretanto não foi conseguido tantos avanços em relação à reestruturação da área de atuação. Em um segundo momento, na década de oitenta tramitou o projeto de lei para regulamentação da profissão, sendo este vetado pelo Presidente da República. A terceira fase dessa busca por reconhecimento aconteceu com a promulgação do Presidente da República em vigência, aprovada em 01/09/98, publicado no Diário Oficial de 02/09/98.

No dia oito de novembro do mesmo ano a Federação Brasileira das Associações de Profissionais da Educação Física – FBAPEF – nomeou os primeiros membros do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF. A posse solene dos primeiros membros do CONFEF foi realizada no dia 10 de janeiro de 1999, na abertura do 14º Congresso Internacional de Educação Física da FIEP, em Foz do Iguaçu-PR, como agradecimento ao apoio da Federação ao Movimento da Regulamentação, cerca de 1.500 congressistas presenciaram este acontecimento histórico.

A partir do CONFEF e da eleição dos Conselheiros Regionais, a partir da Lei n.º 9.696/1998, e a definição de novas Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas após uma série de audiências pública chamada Resolução CNE/CES n.º 7/2004.

Com base no parecer n.º 058/2004, que definem:

Os princípios, as condições e os procedimentos para a formação dos profissionais de Educação Física, estabelecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, no desenvolvimento e na avaliação do projeto pedagógico dos cursos de graduação em Educação Física das Instituições do Sistema de Ensino Superior. (CNE/CES n.º 7/2004, Art. 2º).

O documento apresenta no Art. 3º a Educação Física como área do conhecimento responsável por se dedicar ao estudo e à aplicação do movimento humano, promovendo-o através de diversas modalidades do exercício físico, como da ginástica, do jogo, do esporte, da dança, entre outras modalidades assim como da gestão de empreendimentos direcionados para a atividade física, recreativos ou esportivos, oportunizando estas práticas.

Nesse viés, o graduado em Educação Física deverá ser preparado para analisar criticamente e para intervir na realidade social, com o objetivo de formar, ampliar e enriquecer culturalmente as pessoas que alcançarem com suas intervenções, promovendo uma transformação em seus estilos de vida, aumentando as possibilidades de adoção da prática do movimento, tornando o indivíduo fisicamente ativo e saudável (DEBUS, 2018).

No Art. 6º, parágrafo 1º, das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física há uma listagem de competências e habilidades que devem ser desenvolvidas nos graduandos, a fim de construir o perfil acadêmico-profissional. Sendo algumas delas: dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais da Educação Física; tornar-se um pesquisador da realidade social a fim de poder analisar e avaliar criticamente, e intervir nessas realidades através das manifestações e das expressões do movimento humano; participar e coordenar equipes multiprofissionais de discussão e definições sobre políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da segurança, dentre outros; acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins, dentre outras competências necessárias ao recém-formado na graduação em Educação Física.

2.2 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

O estágio curricular na formação inicial do bacharel em Educação Física torna-se exigido legalmente a partir das novas DCNs instituídas para o curso, como parte da formação integral do profissional, ampliando a observação e os conhecimentos teóricos que são desenvolvidos em sala de aula, abrangendo para outros espaços da instituição e da prática profissional. O estágio oferece aos acadêmicos a oportunidade de conhecer a realidade da vivência da profissão em todas as suas dimensões e possibilidades, entre elas as instâncias administrativas, os valores que fundamentam a consolidação das áreas, o ambiente físico interno e externo onde as atividades são desenvolvidas, a clientela desse campo de atuação, entre outros conhecimentos pertinentes.

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física de uma Universidade Comunitária Catarinense (ICES):

O estágio obrigatório é concebido como um processo educativo, previsto na matriz curricular, que objetiva vivenciar situações práticas do exercício profissional, possibilitando ao acadêmico a compreensão do seu papel social junto à comunidade. (PPC, 2009, p. 69).

Segundo o PPC (2009), o estágio funciona como um objeto de pesquisa e reflexão-ação sobre possíveis reformulações dos currículos, compreendendo a relação universidade e sociedade, e visa contribuir para uma análise das práticas, proporcionando uma preparação para o mercado profissional. O estágio obrigatório por sua vez, tem regulamentações específicas no que se trata de carga horária de atuação, estando vinculadas às diretrizes curriculares atendendo às especificidades do campo de atuação.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) distribui os estágios obrigatórios em quatro disciplinas, sendo elas:

O estágio I propõe a observação, planejamento e atuação na iniciação esportiva em esportes individuais, coletivos e atividades rítmicas e possui uma carga horária de 72h/a. O estágio II propõe a observação, planejamento e atuação na iniciação esportiva em esportes individuais, coletivos e atividades rítmicas. Observação, planejamento e atuação/co-atuação no rendimento esportivo em esportes individuais e coletivos, atividades rítmicas ou ginástica de academia ou saúde coletiva. Construção de um projeto de iniciação esportiva. A carga horária é de 90 h/a. O estágio III é de observação, planejamento e atuação na iniciação esportiva em esportes individuais, coletivos e atividades rítmicas. Observação, planejamento e atuação/co-atuação no rendimento esportivo em esportes individuais e coletivos, atividades rítmicas ou ginástica de academia ou saúde coletiva. Construção de um projeto de rendimento esportivo ou promoção da saúde. A carga horária é de- 90 h/a. O estágio IV é composto de observação, planejamento e atuação na iniciação esportiva em esportes individuais, coletivos e atividades rítmicas. Observação, planejamento e atuação/co-atuação no rendimento esportivo em atividades rítmicas ou ginástica de academia ou saúde coletiva. Também possui carga horária de 90h/a. (PPC, 2009, p. 69-70).

O PPC contempla ainda a importância da experimentação e vivência do referencial teórico-prático constituído durante o curso, por meio de pesquisa e extensão, onde o acadêmico poderá vivenciar diversas realidades culturais relacionadas ao seu campo de atuação, oportunizando ao discente a compreensão e a interação de sua função social junto à comunidade.

2.3 REGULAMENTAÇÕES DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO

O estágio curricular obrigatório e não obrigatório são compreendidos como parte da ação educativa e formativa no processo de graduação, sendo que o estágio obrigatório deve estar previsto na matriz curricular do curso em questão, conforme descrito no PPC (2009) do curso de graduação em Educação Física – Bacharelado da Instituição pesquisada, cujo objetivo é promover a vivência aos acadêmicos de situações práticas do exercício profissional, levando a compreensão do seu papel social junto à comunidade.

Segundo a Resolução CNE/CES n.º 7/2004, fica estabelecido e conceituado os procedimentos do estágio obrigatório:

Art. 10. A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares. § 1º A prática como componente curricular deverá ser contemplada no projeto pedagógico, sendo vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, desde o início do curso. § 2º O estágio profissional curricular representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso. (CNE/CES nº 7/2004).

Compreende-se então, a partir da Resolução CNE/CES n.º 7/2004, que o estágio supervisionado como componente curricular obrigatório, em que o acadêmico é supervisionado por um profissional habilitado de mesma área de atuação, sendo uma etapa imprescindível para a formação profissional da graduação.

A Lei n.º 11.788/2008 dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. A saber no seu Art. 1º, do Capítulo I, da definição, classificação e relações de estágio:

Art. 1º – Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

Já o estágio não obrigatório compreende aquele em que o graduando se propõe a fazer por opção, cuja atividade é remunerada, não sendo requisito para concluir a graduação, e deve ser obrigatoriamente vinculada ao currículo e especificidades da área do curso. Os objetivos do estágio não obrigatório tornam-se os mesmos do estágio obrigatório, sendo eles:

A vivência de situações práticas do exercício profissional, possibilitando ao acadêmico a compreensão de sua função social junto à comunidade e interagindo com ela por meio da experimentação do referencial teórico-prático construído durante o curso, por meio do ensino, pesquisa e extensão. (PPC, 2009).

Para poder efetuar o estágio não obrigatório, o candidato deve estar devidamente matriculado no semestre de início do estágio e nos demais semestres posteriores para que o mesmo possa continuar com sua atividade. O estágio não obrigatório entra ainda no quesito atividades complementares, sendo 120h de estágio efetuado no semestre equivalem às 40h de atividade complementar, devendo ser comprovado através de declaração expedida pelo

órgão competente ou pelo convênio firmado com o Setor de Estágios da Instituição.

3 | METODOLOGIA

Esta pesquisa de campo teve caráter transversal, devido a coleta única de dados, e abordagem quanti e qualitativa.

O *locus* da pesquisa foi uma Universidade Comunitária do Extremo Sul Catarinense, com o universo caracterizado pelos acadêmicos e professores do Curso de Educação Física Bacharelado mediante autorização do Coordenador do Curso.

A amostra foi composta pelos acadêmicos matriculados no segundo semestre de 2019, nas disciplinas de Estágio I com 15 acadêmicos, Estágio II com 11 acadêmicos, Estágio III com 23 acadêmicos e IV com 26 acadêmicos, totalizando 75 acadêmicos matriculados na disciplina, e sete professores das respectivas disciplinas, além dos professores que já ministraram em algum período desde a criação do Curso de Educação Física Bacharelado.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi o questionário, que para Parasuraman (1991, p. 295), um questionário é um apanhado de questões, elaboradas para obter os dados necessários para alcançar os objetivos do projeto. Em geral, os projetos de pesquisa escolhem esta técnica para coleta de dados devida sua importância na pesquisa científica, principalmente nas ciências sociais. Segundo Gil (1999, p.128) o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

O questionário foi elaborado no *google forms* sendo um para acadêmicos e outro para professores. O questionário utilizado na presente pesquisa é um questionário adaptado da Tese de Doutorado de Inajara Vargas Ramos, apresentado para o programa de Pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (RAMOS, 2013). O período de coleta para acadêmicos foi de 07/10/2019 a 03/11/2019 e para professores de 11/10/2019 a 03/11/2019.

Cabe destacar que o questionário foi enviado para todos os acadêmicos matriculados nas disciplinas de estágio e respondidos pelos que concordar em participar da pesquisa de forma voluntária.

A análise de dados quantitativos foi feita utilizando os resultados do *google forms*, enquanto que para realizar a análise de dados qualitativos utilizamos os pressupostos da Análise Textual Discursiva – ATD, que, conforme Moraes e Galiazzi (2006 apud FERREIRA, 2017, p. 125):

É descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica

e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vezes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise. A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. (GALIAZZI, 2006 apud FERREIRA, 2017, p. 125).

4 | COMPREENSÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Apresentamos inicialmente a caracterização dos pesquisados, sendo que dos 75 acadêmicos matriculados nas disciplinas de Estágio no segundo semestre de 2019, 33 participaram da pesquisa respondendo o questionário, sendo que dos sete professores de Estágio, todos responderam.

Quanto a idade dos acadêmicos pesquisados, a maioria, 39,4% (13) apresentaram faixa etária entre 21 a 23 anos, 36,4% (12) entre 24 a 30 anos, 15,2% (5) entre 18 e 20 anos e somente 9,1% (3) apresentaram faixa etária acima de 30 anos.

Quanto ao sexo a maioria, 51,5%, (17) são do sexo feminino e 48,5% (16) são do sexo masculino.

A maioria dos pesquisados está matriculada no Estágio IV, 42,4% (14), 30,3% (10) no Estágio III, 15,2% (5) no Estágio II e 9,1% (3) no Estágio I. Somente 3% (1) estavam fazendo mais de um estágio neste semestre.

Em se tratando dos cursos de aperfeiçoamento, extensão ou qualificação realizados pelos pesquisados, a maioria, 69,7% (23) não haviam feito algum curso de aperfeiçoamento, extensão ou qualificação, enquanto 30,3% (10) participaram de alguma atividade.

A maior parte dos acadêmicos 66,7% (22) desempenham atividade profissional concomitante aos estudos, atuando em outras atividades, um trabalha em uma transportadora, um é atleta de futsal e um trabalha como pizzaiolo, enquanto 33,3% (11) da amostra não exerce outra atividade profissional.

Quanto a carga horária diária que disponibilizam para cada uma das atividades que estão na rotina semanal, 63,6% (21) disponibilizam duas horas semanais para estudo, o que consideramos um número ínfimo para uma formação qualificada, apesar de que a maioria está exercendo alguma atividade relacionada ao curso. 21,2% (7) estuda de três a cinco horas semanais, 9,1% (3) acima de 10 horas e 6,1% (2) dedicam seis a 10 horas semanais de estudo.

Se tratando das horas de estágio não obrigatório, 24,2% (8) acadêmicos apontaram ter uma carga horária semanal de 30 horas, o que inviabiliza a realização do estágio obrigatório, tendo em vista que a legislação permite somente 30 horas de estágio curricular obrigatório

e não obrigatório (COLOMBO; BALLÃO, 2014). No entanto a maioria, 75,8% (25) realiza o estágio não obrigatório com a carga horária de 20 horas semanais, atendendo a legislação. Na prática, para que os acadêmicos consigam realizar no mesmo semestre tanto o estágio obrigatório quanto o estágio não obrigatório, os mesmos optam em reduzir carga horária do estágio não obrigatório para que possam realizar as atividades do estágio obrigatório.

Na questão referente ao tipo de benefício e/ou bolsa que auxilie no custeio dos estudos, a maioria dos acadêmicos possui algum tipo de bolsa de estudos, totalizando 54,5% (18) da amostra estudada. Dentre os tipos de bolsas, 30,3% (10) possuem PROUNI, 12,1% (4) possuem o Artigo 170, 6,1% (2) possuem Iniciação Científica, 3% (1) possuem Pravalter, 3% (1) possuem Bolsa família e 3% (1) possuem PMC. Quanto aos acadêmicos que não possuem benefício de bolsa, o valor foi de 45,5% (15) da amostra estudada.

Quanto aos sete docentes pesquisados, 57,2% (4) têm idade acima de 41 anos, 42,8% (3) têm idade entre 36 a 40 anos. Quatro são do sexo feminino e três do sexo masculino.

Seis professores têm a formação acadêmica em licenciatura e bacharelado e apenas uma professora possui formação em licenciatura, sendo que quatro colaram grau entre 1986 a 2004, dois em 2006 e um em 1977, o que evidencia a experiência profissional dos docentes de estágio. Cinco deles colaram grau em uma ICES e dois em outras IES (UFRGS e UFSC).

Quanto à titulação dos docentes quatro tem doutorado, dois possuem mestrado e um docente possui algum tipo de especialização. Três docentes estão na ICES por um período de quatro e sete anos, três acima de 17 anos e um docente por um período de três anos, o que evidencia conhecimento do curso e da Instituição.

Quanto ao tempo de atuação na disciplina de estágio, um docente está acima de 10 anos, dois docentes com tempo de atuação de dois anos e quatro docentes com tempo de atuação de dois a três anos, evidenciando certa rotatividade de professores nos estágios. Cabe destacar que todos os professores participam de atividades relacionadas a formação continuada, o que é extremamente necessário para a docência universitária.

Quatro docentes trabalham fora da Instituição, sendo que um exerce várias atividades relacionados a área, um atuando com dança, um atuando como técnico esportivo e um atuando como professor de Educação Física da rede estadual de ensino. Esses mesmos quatro docentes recebem estagiários no seu campo de atuação profissional, o que é de fundamental importância, pois conseguem analisar a atuação desses acadêmicos no campo de trabalho.

Passamos a descrever os achados da pesquisa iniciando objetivos alcançados. Os objetivos da realização do estágio: cumprir uma legislação educacional, propiciar a aplicação prática de conhecimentos teóricos, ampliar a relação teoria/ prática e discussão na sala de aula, oportunizar o contato com diferentes campos de atuação, preparando para o trabalho, enriquecer o currículo do curso, qualificar a formação profissional. Para os acadêmicos no primeiro objetivo, 40% (13) responderam que concordam e 30% (10) responderam que concordam totalmente. No segundo objetivo, 34% (11) responderam que

concordam parcialmente e 30% (10) responderam que concordam. No terceiro objetivo, 58% (19) responderam que concordam e concordam totalmente e 25% (8) responderam que concordam parcialmente. Quanto aos demais objetivos concordaram parcialmente em sua maioria. Desta forma, percebe-se que os objetivos propostos pelo estágio não parecem estar evidentes para os acadêmicos. Enquanto para os docentes concordaram totalmente com todos os objetivos propostos no estágio.

Quanto ao grau de importância do estágio para os docentes, a maioria 90% (6), atribui que é muito importante, e 10% (1) atribui que é importante. Quanto ao grau de importância do estágio para os acadêmicos, 45,5% (15) consideram parcialmente importante, 12,1% (4) atribuem pouca ou nenhuma importância, 30,3% (10) consideram importante, e 12,1% (4) muito importante. Somado às duas primeiras respostas percebemos que a maioria dos acadêmicos não atribui a importância necessária para o estágio, um componente curricular que qualifica a formação acadêmica. No estudo de Ramos (2013) foram entrevistados acadêmicos do curso de Direito e Enfermagem, que atribuíram muita importância ao estágio, por 78,1% dos acadêmicos de Direito e 79,3% dos acadêmicos de Enfermagem, distinto deste estudo em que 45,5% dos acadêmicos atribuíram pouca importância, quando foi feita a mesma pergunta.

De acordo com Pimenta (1995), os alunos e professores entendem o estágio como uma atividade na qual aborda elementos da prática para serem objeto de reflexão, de discussão, possibilitando um conhecimento da realidade na qual irão atuar, sendo significativo para ambos.

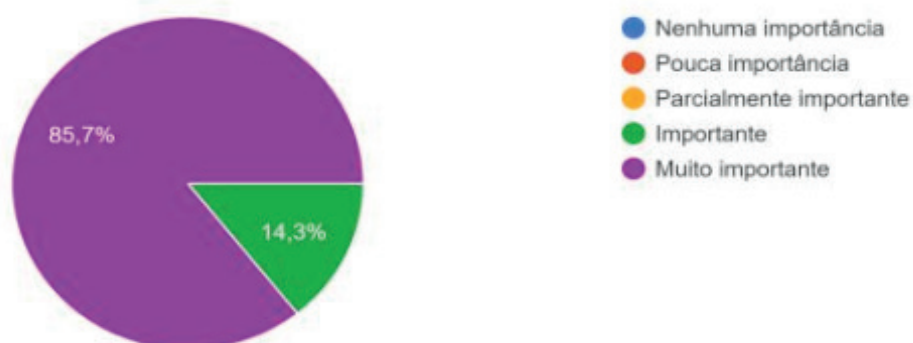
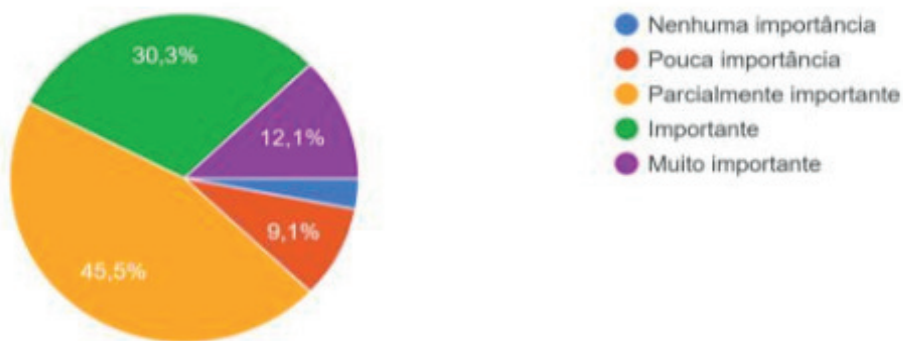


Figura 1 - Importância para acadêmicos

Figura 2 - Importância para docentes

Fonte: Das autoras, 2019.

Em relação aos sentimentos que o estágio curricular obrigatório provoca nos acadêmicos estagiários destacaram a insegurança, ansiedade, frustração, e pouco evidenciaram a empolgação, satisfação e realização durante o estágio.

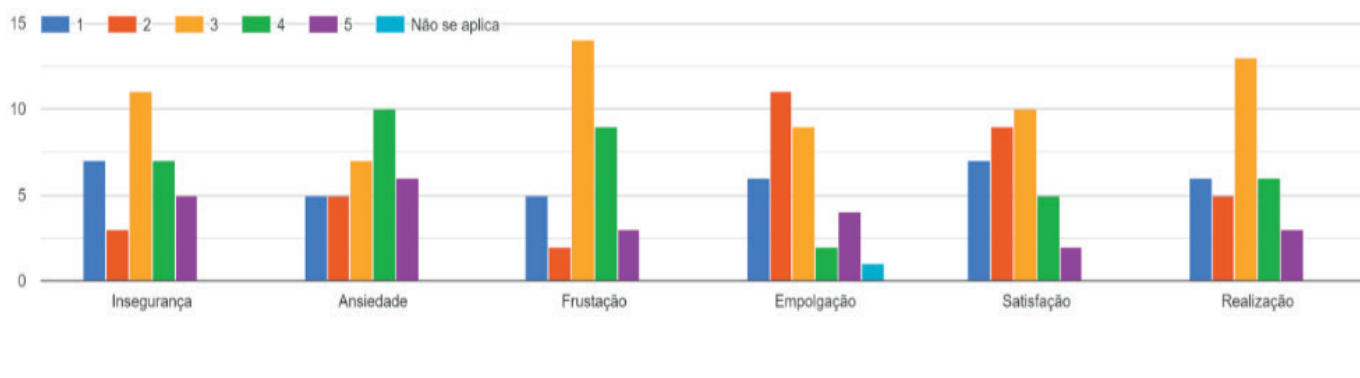


Figura 3 - Sentimentos sobre o estágio.

Fonte: Das autoras, 2019.

Quanto ao estágio curricular obrigatório agregar valor à formação, os estudantes universitários atribuíram maior importância a: habilidade no trato com as pessoas, a desenvoltura pessoal, o contato com a realidade, e a experiência de vida foram os mais citados. Também concordam em menor importância que melhora a atitude profissional, experiência de práticas e fazeres profissionais só conhecidos teoricamente, integração/preparação para o mercado de trabalho, capacidade para atuar em equipes multiprofissionais, a oportunidade de esclarecer dúvidas referentes a futura profissão, melhora no desempenho acadêmico, construção de uma visão de totalidade nos processos inerentes à profissão, instauração e qualificação do debate em sala de aula.

Cabe destacar que o estreitamento da articulação teoria-prática e a intervenção positiva traduzida em contribuições aos locais de atuação não foram avaliados positivamente pelos acadêmicos.

Para os docentes avaliação foi positiva na maioria dos atributos com exceção de quatro deles: intervenção positiva traduzida em contribuições aos locais de atuação, instauração e qualificação do debate em sala de aula, melhoria no desempenho acadêmico e melhora na atitude profissional.

Tanto acadêmicos como docentes não evidenciaram a intervenção positiva traduzida em contribuições aos locais de atuação durante a realização do estágio, talvez por não atuarem diretamente conduzindo as atividades ou por não levarem algo inovador para os campos de estágio. Ocorre que estamos analisando a percepção dos estagiários e essa contribuição pode estar ocorrendo na percepção dos supervisores de estágio.

É possível que a integração curricular poderão influenciar no desempenho do

acadêmico durante a realização do estágio, ou seja, o conhecimento adquirido, a relação teoria/prática e as atividades desenvolvidas nas disciplinas podem ser utilizados no estágio. Porém existe a necessidade de que o planejamento das aulas seja avaliado antes das intervenções dos estagiários no local de estágio, contribuindo assim com ideias e formas diferentes de atuação, possibilitando o acadêmico ficar mais seguro e ser mais ativo durante a realização do estágio, possibilitando mais segurança e ação ativa, e melhora na formação profissional, além da contribuição com o campo de atuação profissional.

Quanto aos conhecimentos/atributos mais importantes referentes aos supervisores de campo do estágio, 72,7% (24) dos acadêmicos salientaram o conhecimento profissional, 66,7% (22) conhecimento teórico/prático da área e 63,6% (21) a receptividade e atenção ao estagiário no campo de atuação.

Para os docentes os atributos que tiveram destaques foram conhecimento profissional 71,4% (5), teórico/prático da área 71,4% (5) e conhecimento didático-pedagógico 57,1% (4).

A receptividade do supervisor de campo foi avaliada como satisfatória por três acadêmicos, e boa e muito boa pela maioria deles, expressa nas seguintes respostas: *“o supervisor se preocupava em nos deixar a par do treino/aula, tirando dúvidas quando necessário”*; *“Atenciosos, sempre a disposição para saciar as dúvidas e para nos informar algo que nós temos conhecimento”*; *“Deu várias ideias”*. No entanto, um acadêmico avaliou como negativa a receptividade de um supervisor de campo: *“na grande maioria, somos tratados como nada. Não nos deixam fazer nada, nos tratam como rivais de profissão. Somente no estágio de saúde coletiva tivemos ótimo aproveitamento e os residentes nos recebem com o maior prazer.”*

De acordo com Amicucci (2012, p.28):

Cabe ao supervisor querer exercer essa ação supervisora no sentido de ter a consciência do compromisso de formar profissionais, daí a presença da ética profissional que envolve os direitos que se combinam com deveres: responsabilidade de formar profissionais éticos, críticos e compromissados com a futura profissão. (AMICUCCI, 2012, p. 28).

Quanto aos critérios utilizados para escolha dos campos de atuação e supervisores de campo, os docentes sinalizam de que são escolhidos pelos acadêmicos, expresso em três respostas: *“Atualmente não existe critérios para essa escolha. Basta que possam receber o estagiário”*; *“De acordo com quem se propõe a aceitar as premissas acima. Não são todos os profissionais que se dispõem a contribuir para a formação de futuros professores”*; *“Campos de atuação são definidos pelo NDE do curso e os supervisores e locais são escolhidos pelos alunos.”*

Evidenciamos que os campos de atuação e supervisores são escolhidos pelos acadêmicos, no entanto as modalidades de estágio são definidas pelo NDE (Núcleo Docente Estruturante do curso). Uma sugestão para os docentes seria disponibilizar um rol de locais para atuação dos estagiários, incluindo locais e projetos na Instituição, bem como a formação

dos supervisores com certificação de curso de curta duração pela Instituição, no sentido de qualificar ainda mais o estágio supervisionado e a formação dos bacharéis em Educação Física.

Quanto ao professor da disciplina de estágio, os acadêmicos consideram suficientes as orientações prestadas ao estagiário.

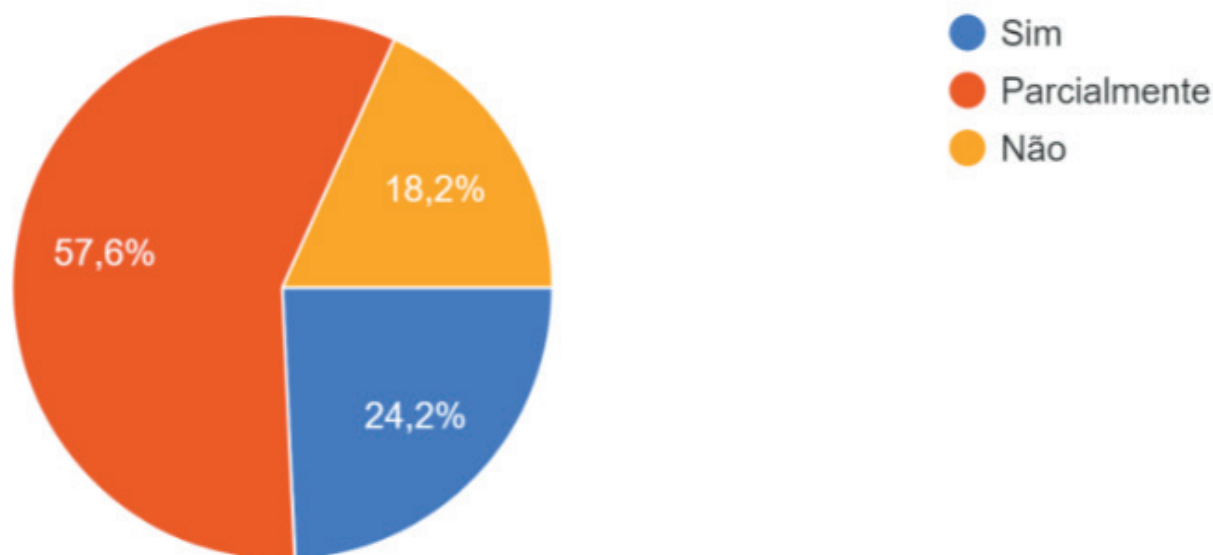


Figura 4 - Orientações prestadas ao estágio - acadêmicos.

Fonte: Das autoras, 2019.

As sugestões apresentadas pelos acadêmicos para melhorias relacionadas às orientações ao estagiário feitas pelo professor da disciplina foram: de obter melhor esclarecimentos e principalmente no primeiro estágio quando o acadêmico tem muitas dúvidas; explicação objetiva no Estágio I, ter consenso entre os professores da disciplina referente ao que cobrar nos relatórios e planejamentos, apresentações de seminários e organização nas datas de encontros presenciais, datas para entrega de relatórios, pois muitos acadêmicos expressam não haver clareza nestas informações e por vezes mudam as mesmas, fazendo com que diminua o tempo para elaboração dos relatórios e dificultam a organização do acadêmico para com a disciplina, clareza e consenso nas informações entre os professores em relação a todos os estágios, pois ocorrem da 5^a a 8^a fase. Algumas respostas ratificam o enunciado: *“Mais clareza nas informações”*; *“Entrar em um consenso entre os professores, para que passem a mesma informação”*; *“Ter acompanhamento na criação dos treinos”*; *“Trabalhar ao lado do acadêmico, auxiliando em cada passo, pois sentimos falta de orientação a cada passo que precisamos fazer”*.

Quanto ao professor da disciplina de estágio, os docentes consideram suficientes as orientações prestadas ao estagiário.

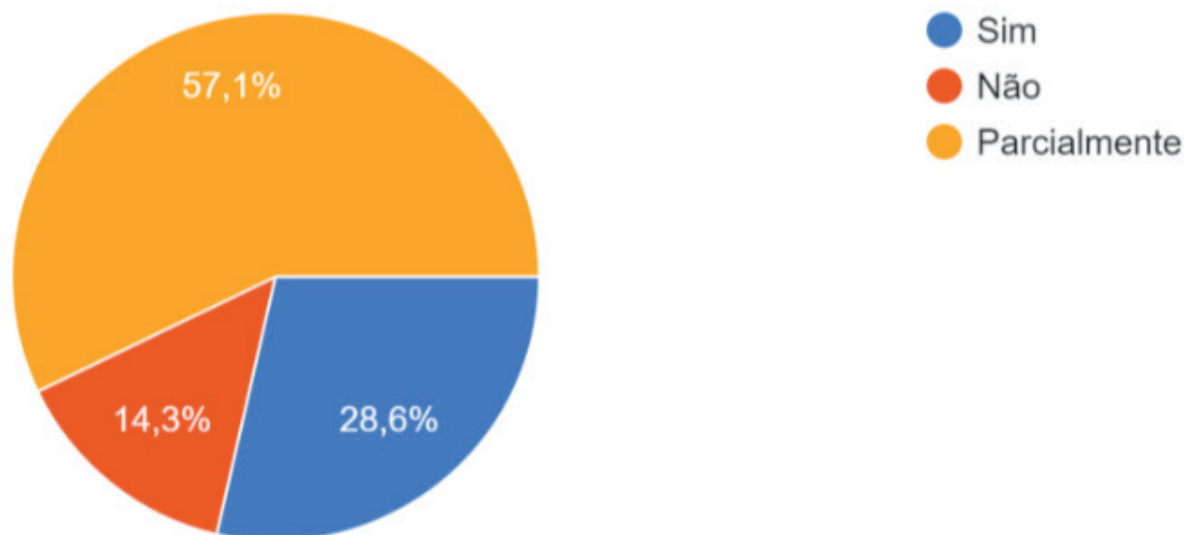


Figura 5 - Orientações prestadas ao estágio - docentes.

Fonte: Das autoras, 2019.

Os docentes também apresentaram sugestões para melhorias nas orientações prestadas ao estagiário, os docentes expressaram as seguintes respostas: *“encontros e debates quinzenais para que as experiências sejam discutidas e compartilhadas”*; *“alinhamento da comunicação entre os professores das disciplinas de estágio”*; *“oportunizar o acadêmico a discussão com o Professor sobre as atividades prestadas no campo de trabalho e as de sala de aula”*. Outras sugestões foram relacionadas a reformulação na estrutura no estágio, expressa nas seguintes respostas: *“o estágio necessita de uma reformulação na sua estrutura. Os campos do bacharelado são diversos, e a logística posta atualmente não permite que o professor atenda todas as necessidades do estagiário, bem como, a incompatibilidade da estrutura atual do estágio com a estrutura atual da grade curricular, e com a disponibilidade do professor supervisor”*; *“Padronizar a quantidade de páginas do referencial teórico, dar sugestões de livros, e padronizar número de treinos”*.

Cabe destacar que no Estágio I os acadêmicos precisam de mais orientações, pois segundo eles: *“chegamos perdidos, precisa que seja mais claro e objetivo para que tenhamos certeza das orientações.”* “[...] Parece algo difícil, talvez pela falta de comunicação”.

Quanto ao acompanhamento do estagiário, visita realizada no campo de estágio pelo professor da disciplina, 28 acadêmicos (84,8%) consideraram suficientes. Por sua vez foram contraditórios nas sugestões em que muitos apontaram não receber visitas dos professores e quando realizadas tem o caráter fiscalizador, expressa nas seguintes respostas: *“Realizar as visitas como forma de auxiliar e não como forma de fiscalização”*; *“Ter um acompanhamento na criação das aulas”*; *“marcar com ambos uma data para visita do local de estágio, junto ao supervisor de estágio de campo”*; *“Buscar material sobre a área que o acadêmico está estagiando para auxiliá-lo”*.

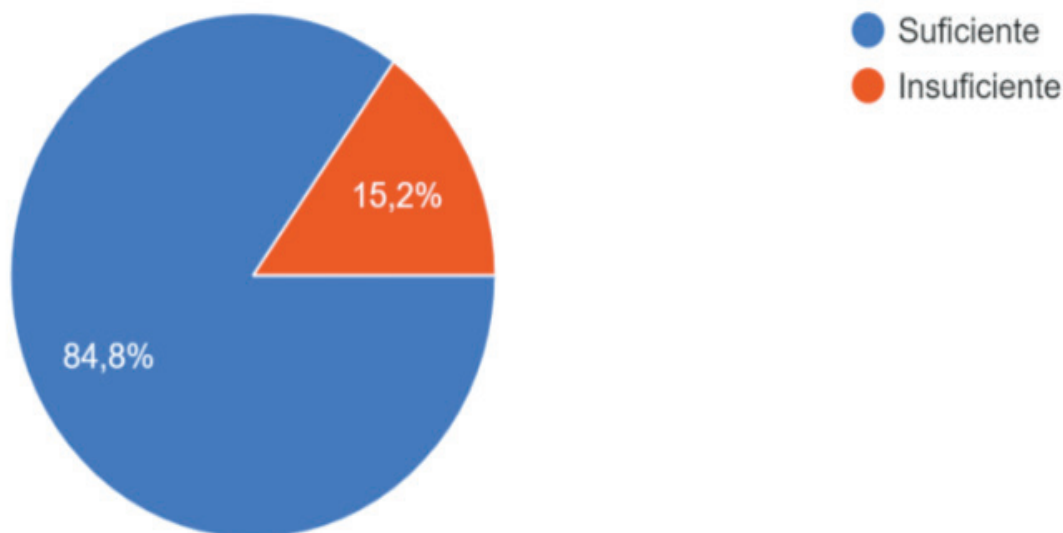


Figura 6: Acompanhamento do estágio - acadêmicos.

Fonte: Das autoras, 2019.

Quanto ao acompanhamento do estagiário, visita realizada no campo de estágio, pelo professor da disciplina, 5 docentes (71,4%) consideraram insuficientes, sendo um valor relevante. Por sua vez fizeram sugestões relacionados a este acompanhamento com as seguintes respostas: *“Professor com muita carga horária não consegue acompanhar, melhorar a disponibilidade de carros para que possam acompanhar os estágios fora do município”*; *“Considero esta visita do professor da disciplina desnecessária porque não estamos no papel de controlador e sim mediador, portanto, considero muito mais importante compartilhar e refletir sobre as experiências do que vigiar se o aluno está realizando, observando, cumprindo hora no estágio”*.

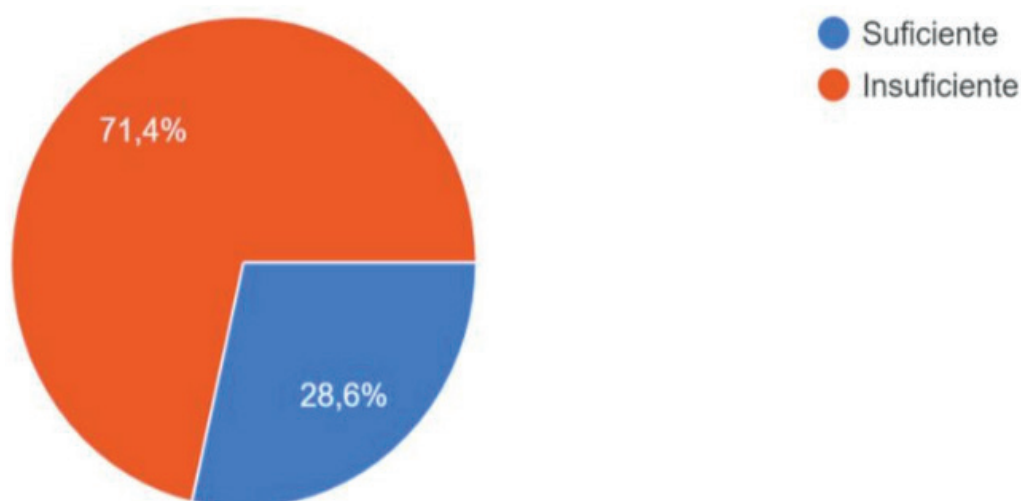


Figura 7: Acompanhamento do estágio - docente.

Fonte: Das autoras, 2019.

Quanto a distribuição das modalidades/atividades realizadas e carga horária respectiva em cada estágio, os acadêmicos salientaram que existe um excesso na carga horária

obrigatória, excesso de modalidades por semestre e pouca liberdade para as escolhas das mesmas, sendo expressa nas seguintes respostas: *“Creio que, uma modalidade por semestre seria o ideal pois, o acadêmico poderia cumpri-la com mais tranquilidade e eficiência, visto que existem outros afazeres que exigem atenção do acadêmico e o mesmo muitas vezes não consegue desempenhar todas as atividades com a mesma eficiência, o que acaba interferindo no aprendizado. Uma única modalidade bem executada seria melhor aproveitada e rica no currículo do acadêmico”*; *“distribuição das modalidades muito restrita, e a carga horária alta”*; *“acho que a obrigação por modalidades é desnecessária, e a carga horária muito alta, tendo em vista que nem sempre se encontra uma modalidade num horário disponível ao acadêmico”*.

Quatro dos sete docentes (60%) acreditam ser suficiente a distribuição das modalidades/atividades realizadas e carga horária respectiva em cada estágio, para que o acadêmico possa ampliar seus conhecimentos e utilizá-los na futura atuação profissional, e evidenciaram de que foi feita adequação há pouco tempo condizente com a matriz curricular vigente, porém três docentes (40%) acreditam que deve ser feita uma reformulação em sua estrutura atual, sendo expressa nas seguintes respostas: *“Merece reformulação. O ideal seria uma modalidade por estágio, com maior aprofundamento”*, *“Penso que se têm muito a melhorar, porém, como já coloquei anteriormente, nem todos os locais estão dispostos em ceder o seu espaço, nem todos os profissionais estão dispostos em aceitar a presença de um estagiário durante sua aula ou treinamento”*, *“Considero razoável, pois os alunos poderiam estar mais livres para escolher as modalidades que querem atuar. Não deveria ser engessado, desde que não repitam as mesmas modalidades em mais de um estágio”*.

Conforme o DCN, da Resolução N° 7, de 31 de março de 2004, Artigo 10:

§ 1º A prática como componente curricular deverá ser contemplada no projeto pedagógico, sendo vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, desde o início do curso. § 2º O estágio profissional curricular representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso. I. - o caso da Instituição de Ensino Superior optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento, como estabelece o Art. 7º, § 1º desta Resolução, 40% da carga horária do estágio profissional curricular supervisionado deverá ser cumprida no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato. § 3º As atividades complementares deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos. § 4º A carga horária para o desenvolvimento das experiências aludidas no caput deste Artigo será definida em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Em relação às modalidades/temáticas do estágio curricular obrigatório se foram discutidas em aulas, (63,6%) dos acadêmicos e (71,4%) dos docentes responderam que

foram discutidas algumas vezes, ficando evidente a necessidade de uma gradativamente desses assuntos nas aulas.

Quanto à qualificação da formação acadêmica e o desenvolvimento profissional por meio do estágio curricular obrigatório, (60,6%) dos acadêmicos responderam que em partes qualifica a formação acadêmica, enquanto (71,4%) dos docentes responderam que qualifica a formação acadêmica e o desenvolvimento profissional.

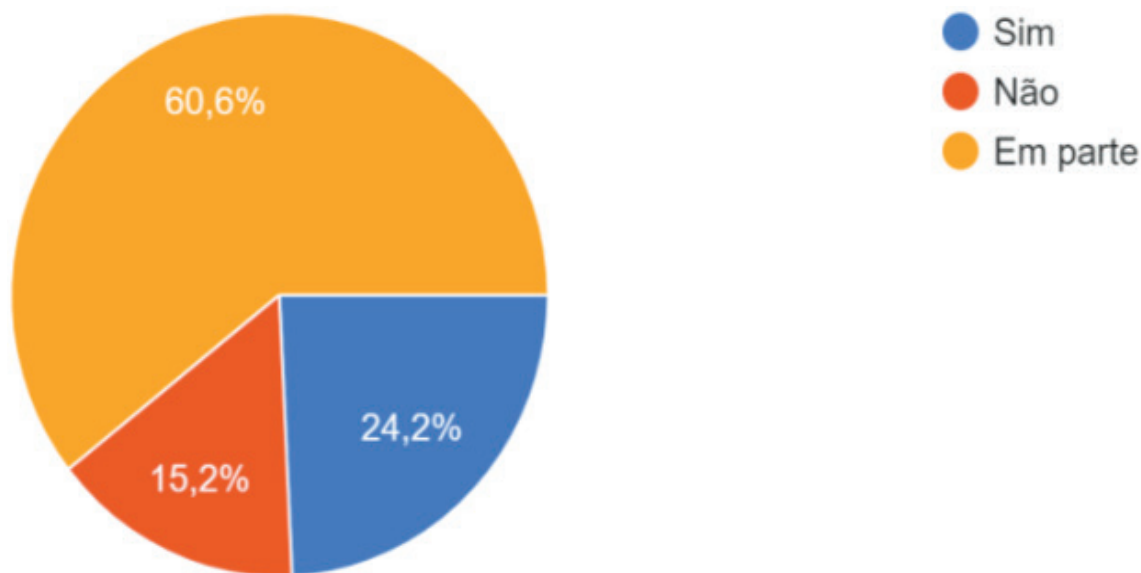


Figura 8: Formação acadêmica e desenvolvimento profissional - acadêmico.

Fonte: Das autoras, 2019.

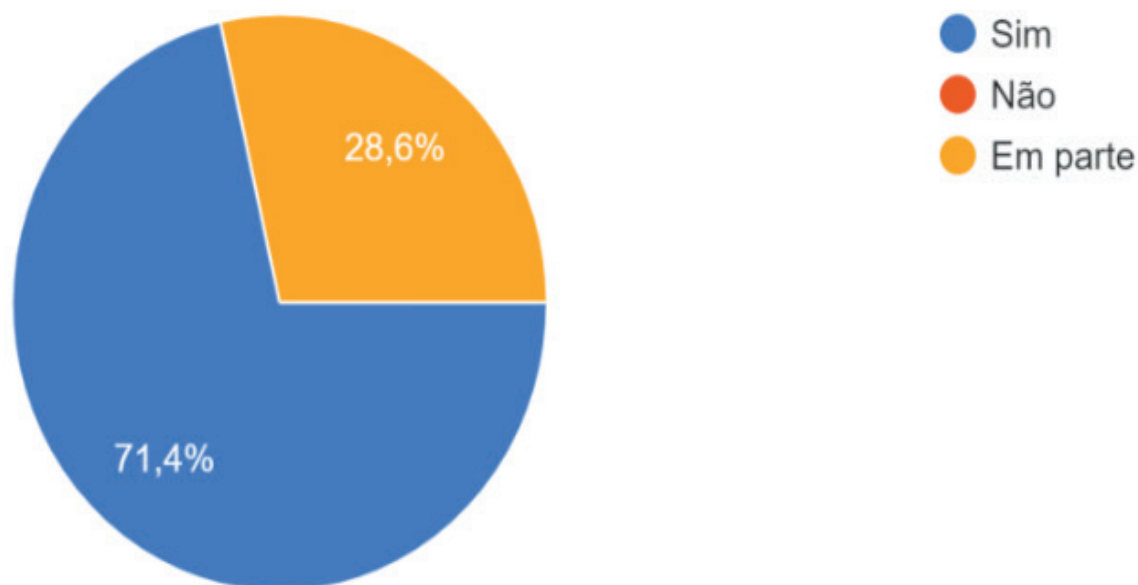


Figura 9: Formação acadêmica e desenvolvimento profissional - docente.

Fonte: Das autoras, 2019.

Quanto ao estágio curricular obrigatório favorecer o desenvolvimento pessoal do acadêmico, 71,4% dos docentes acreditam que favorece, enquanto 54,5% dos acadêmicos responderam que em partes auxilia.

Referente a contribuição do estágio curricular obrigatório com os locais onde os estágios são realizados, ambos responderam, na sua maioria, que contribui em parte, seguido de não contribuem com os locais de estágio. Cabe salientar que os acadêmicos estando seguros e bem estruturados na teoria aprendida em aula, e com a orientação necessária dos professores da disciplina, poderão levar os conhecimentos aprendidos para os locais de estágio, contribuindo com os supervisores de campo.

Para a maioria dos acadêmicos o sistema avaliativo do estágio, está de acordo com a realidade da sua estrutura do, expressa na seguinte resposta: *“são bem distribuídas, apenas acho que o supervisor deveria ter uma avaliação de grau maior e não apenas uma nota 3,0 que no final não representa nem 10% do total de todas as notas.”* Porém alguns acadêmicos apresentaram sugestões relevantes, expressas nas seguintes respostas: *“deve haver um padrão em todos os estágios, e não de acordo com cada professor de estágio no semestre”*; *“4 semestres, o único professor que realiza visita de campo é o (XXX)”* ; *“muitas vezes os relatórios foram atribuídos às notas sem leitura do mesmo, tornando a nota equivocada”*; *“O sistema avaliativo talvez seja um pouco exagerado. A meu ver, não teríamos necessidade de apresentar dois relatórios e dois seminários. Isso sobrecarrega o acadêmico e muitas vezes precisamos elaborar um relatório sobre um estágio que acabamos de começar, ou seja, sem muito entendimento do mesmo. Talvez um único relatório e um único seminário bem escrito e apresentado, com um tempo maior para elaborar, seria suficiente e mais rico em conteúdo. Quanto a nota de supervisor e professor da disciplina, seria interessante que ambos tivessem o mesmo valor (5 para cada), uma vez que é o supervisor que está o tempo todo na presença no acadêmico no campo.”*

Quanto ao sistema avaliativo do estágio, os docentes expressaram as seguintes respostas: *“Os critérios ainda estão vagos. Merecem reformulação a partir da mudança total na estrutura”*; *“Geram dúvidas tanto em relação ao estagiário quanto em relação ao campo de atuação porque envolve terceiros”*; *“Como não há o comprometimento e obrigação a maioria dos Profissionais Supervisores aplicam a nota máxima”*; *“Se tivéssemos entidades parceiras poderíamos alinhar melhor”*; *“Considero adequadas”*; *“Considero que a nota do supervisor do campo deveria ter um peso maior”*, também citados pelos acadêmicos.

Quanto ao preenchimento dos documentos antes e durante a realização do estágio obrigatório, 72,7% (24) acadêmicos afirmaram que não possuem dúvidas em relação ao preenchimento dos documentos e 27,3% (9) apresenta algum tipo de dúvida no preenchimento, expressa nas seguintes respostas: *“Quem assina o que, onde que se coloca carimbo, como descrever a modalidade, onde levar os documentos”*, *“Falta de informação de saber quais os responsáveis pelo estágio de saúde coletiva”*. Aparecendo mais de uma vez a dificuldade no estágio I, expressa nas seguintes respostas: *“Somente no primeiro estágio”*; *“No estágio I tive muitas dúvidas, a partir do II foi tranquilo”*; *“Somente no estágio I, pois não conhecemos as fichas e nem sabemos onde preenche o termo de compromisso”*; *“No primeiro estágio que são bastante dúvidas e não são bem explicados, depois você adquire experiência”*; Tive

muitas dúvidas no primeiro estágio”.

Quatro docentes (57,1%) alegaram que sim, existem dificuldades e questionamentos dos acadêmicos no preenchimento dos documentos antes e durante a realização do estágio obrigatório, sendo a maior dificuldade a própria organização do acadêmico, falta de leitura dos documentos, atrasos na entrega e coleta de assinaturas, e que há a necessidade de seguir certas normas e cumprir algumas burocracias. Foi apontado também um excesso na quantidade de fichas.

Quanto aos destaques (o que foi significativo) durante a realização do estágio obrigatório, para os acadêmicos foram as experiências profissionais em diversas modalidades, aplicação da teoria no mercado de trabalho, aprendizado e o contato com a realidade, ratificadas nas seguintes respostas: *“Ver a dificuldade dos professores de campo para atuar, ver a realidade dentro do mercado de trabalho, porém com isso todos conseguem se virar com o que tem em seus campos”*; *“Em alguns casos, o que se tornou significativo foi que alguns supervisores de campo se disponibilizaram em esclarecer dúvidas e ajudar quando precisávamos”*; *“Contribuição em relação a modalidades diferentes das habituais”*; *“Contato com profissionais qualificados, experiências trocadas, e o desafio nos que possibilitaram atuar”*; *“Percepção das práticas aplicadas pelos profissionais da área”*; *“A experiência de vivenciar na prática o que nos aguarda após finalizar o curso”*; *“Acredito que o que aprendi no estágio obrigatório, aprendi também no estágio não-obrigatório, e neste segundo não tinha problemas com horário de realização”*. Podemos salientar que tanto no estágio obrigatório, quanto no estágio não obrigatório, o acadêmico/estagiário, agrega conhecimentos e vivência de forma direta ou indireta no campo de atuação, sempre com a supervisão de um profissional habilitado, e desta forma agrega experiência ao futuro profissional da Educação Física. Uma sugestão, seria aproveitar algum percentual de carga horária do estágio não obrigatório.

Os docentes apresentaram como destaques referentes às disciplinas de estágio do curso de Bacharelado em Educação Física: *“Conhecimento de que precisamos de ajustes para avançar na qualificação profissional”*; *“Alinhar teoria e prática e verificar a grande diferença em relação ao nível de empenho dos acadêmicos nos locais me chama a atenção”*; *“Existem muitos locais em que nossos acadêmicos realizam estágios que após o encerramento ou mesmo durante recebemos elogios pelo conhecimento, destreza e novidades apresentadas na sua realização”*.

Se tratando das dificuldades foram expressas pelos acadêmicos: local de campo de estágio/distância; horários; muitas modalidades; falta de profissionais com CREF; carga horária elevada; tempo para atuação e gastos, ratificadas nas suas respostas: *“É provável que as dificuldades superem as facilidades. Muitos locais não possuem profissionais registrados no CREF. Outros locais são muito distantes e o deslocamento acaba tornando o local inviável. As modalidades se repetem algumas vezes, o que diminuem ainda mais as possibilidades. Os horários também são um problema, pois há modalidades que dificilmente são encontradas no período diurno, obrigando o acadêmico a utilizar o período da noite.*

Talvez a maior dificuldade seja ter que realizar o estágio fora do horário de aula, período este que seria destinado aos demais afazeres do acadêmico". Referente às facilidades aparece somente a boa receptividade do supervisor de campo quando o acadêmico encontra o local para a realização do estágio.

Ainda foram citados como desafios pelos acadêmicos relacionados, aos docentes: ter professores com experiências nas modalidades, dar mais atenção a dúvidas e reflexões dos acadêmicos, auxílio nas elaborações de treinos, professor da disciplina atuar mais com a realidade; propondo melhorar informações sobre o calendário. Relacionados ao acadêmico foram: preenchimento de documentos, falta de conhecimento de algumas modalidades. Quanto a organização foram: fichas em excesso, padronizar planos de treino, modalidades, diminuir carga horária, tempo gasto procurando local para estágio, expressa nas seguintes respostas, *"A própria universidade disponibilizar espaço para a realização do estágio obrigatório"*; *"A universidade ter locais (parceiros) que estejam preparados para receber o estagiário no campo de atuação"*; *"A carga horária obrigatória aparece como insatisfação do acadêmico acreditando ser um excesso"*; *"Rever a possibilidade de aumentar a carga horária semanal do estágio obrigatório e não obrigatório"*; *"O excesso de fichas"*. Da mesma forma, foi sugerido pelos acadêmicos um padrão ao que deve ser cobrado durante os estágios como: *"Referencial teórico"*; *"Planejamento das aulas"*; *"O aumento no número de aulas presenciais para o acadêmico ter maior suporte e assim poder tirar suas dúvidas relacionadas à realização do estágio no campo de atuação com um calendário definido no início do semestre constando datas definidas desses encontros presenciais"* e por último, não menos importante, os acadêmicos relataram *"O sentimento em ter maior liberdade nas escolhas das modalidades a serem realizadas durante os quatro estágios, desta forma as escolhas seriam feitas de acordo com a identificação de cada acadêmico"*.

Os desafios apontados pelos docentes foram: *"Contrabalançar a carga horária do estágio com aulas presenciais para que sejam realizados mais reflexões e debates, esclarecimento às dúvidas, etc..."*; *"Acredito que devemos oferecer mais estágios dentro da Universidade e estabelecer parcerias para isso também"*; *"Convencimento do colegiado de que é preciso mudança na estrutura"*; *"O curso deveria oferecer várias atividades com professores formados, para que nossos acadêmicos pudessem fazer os estágios aqui."*

Evidenciamos que os desafios mais citados, tanto pelos acadêmicos quanto pelos docentes, foram auxiliar o acadêmico na elaboração dos treinos, reduzir a carga horária e que os acadêmicos possam ter mais autonomia de escolha das modalidades que tenham maior afinidade.

5 | CONCLUSÃO

Finalizando o estudo percebemos que o objetivo foi atingido, tendo em vista que o estágio tem importante contribuição para a formação profissional do bacharel em Educação Física de uma Instituição Comunitária de Educação Superior Catarinense, visto as experiências expostas pelos acadêmicos no desenvolvimento de cada estágio, além da visão dos docentes sobre a importância de vivenciar o estágio e sua aplicabilidade no processo formacional do discente ao longo do curso, considerando o estágio curricular obrigatório um momento de vivência do acadêmico nos possíveis campos de atuação.

Quanto aos objetivos do estágio, parece que não estão muito evidentes para os acadêmicos. Já para os docentes, todos os objetivos estão alinhados com formação e experiência dos acadêmicos durante o processo formacional: cumprir uma legislação educacional, propiciar a aplicação prática de conhecimentos teóricos, ampliar a relação teoria/ prática e discussão na sala de aula, oportunizar o contato com diferentes campos de atuação, preparando para o trabalho, enriquecer o currículo do curso, qualificar a formação profissional.

Quanto ao grau de importância do estágio na formação, grande parte dos acadêmicos consideram que contribui de forma parcial, enquanto os professores, em sua maioria, consideram muito importante.

Quanto aos sentimentos que o estágio curricular obrigatório provoca nos acadêmicos estagiários destacaram a insegurança, ansiedade, frustração, e pouco evidenciaram a empolgação, satisfação, e realização durante o estágio.

Quanto ao estágio curricular obrigatório agregar valor à formação, os discentes citaram com maior frequência a habilidade no trato com as pessoas, a desenvoltura pessoal, o contato com a realidade, e a experiência de vida foram os mais citados. Já para os professores, a avaliação foi positiva na maioria dos atributos com exceção de quatro deles: intervenção positiva traduzida em contribuições aos locais de atuação, instauração e qualificação do debate em sala de aula, melhoria no desempenho acadêmico e melhora na atitude profissional.

Quanto ao conhecimento/atributo dos supervisores no campo de estágio, os acadêmicos enfatizaram o conhecimento profissional e o conhecimento teórico/prático da área, assim como os docentes, que enalteceram também o conhecimento didático-pedagógico.

Quanto ao acolhimento do supervisor do campo, a maioria julgou boa receptividade em relação ao mesmo, sendo que apenas um acadêmico teve uma experiência negativa.

Quanto a escolha dos campos de atuação e supervisores de campo, os docentes sinalizam de que são escolhidos pelos acadêmicos.

Quanto ao professor da disciplina de estágio, os acadêmicos consideram suficientes as orientações prestadas ao estagiário.

Quanto a sugestões dadas pelos acadêmicos para melhorias na orientação, maior acompanhamento dos professores, encontros para discussão e troca de experiência, além

de melhor orientação de publicações, artigos e livros, sobre os temas abordados, além de auxílio na elaboração de treinos.

Quanto à visita do orientador do estágio, alguns relataram que não receberam, outros que a visita tem caráter fiscalizador acaba gerando uma grande tensão na atuação, e que a visita poderia ter mais eficiência se fosse com a intenção de orientar os acadêmicos.

Quanto à distribuição das modalidades/atividades realizadas e carga horária respectiva em cada estágio, os acadêmicos salientaram que existe um excesso na carga horária obrigatória, excesso de modalidades por semestre e pouca liberdade para as escolhas das mesmas. Já os docentes acreditam ser suficiente para que o acadêmico possa ampliar seus conhecimentos na futura aplicação no campo de trabalho.

Quanto ao preenchimento dos documentos antes e durante a realização do estágio obrigatório, a maior parte dos acadêmicos afirma que não possui dúvidas em relação ao preenchimento dos documentos, e que a maioria das dúvidas estão no Estágio I, enquanto 4 docentes alegaram que existe certa dificuldade por parte dos acadêmicos.

Em relação às modalidades/temáticas do estágio curricular obrigatório se foram discutidas em aulas, a maioria dos acadêmicos e dos docentes responderam que foram discutidas algumas vezes, ficando evidente a necessidade de uma maior abordagem desses assuntos em aulas.

Quanto à qualificação da formação acadêmica e o desenvolvimento profissional, por meio do estágio, a maioria dos acadêmicos respondeu que em parte qualifica a formação acadêmica, enquanto os docentes responderam que qualifica a formação acadêmica e o desenvolvimento profissional.

Quanto ao estágio curricular obrigatório favorecer o desenvolvimento pessoal do acadêmico, 54,5% dos acadêmicos responderam que auxilia em partes, enquanto 71,4% dos docentes acreditam que favorece.

Referente à contribuição do estágio curricular obrigatório com os locais onde os estágios são realizados, ambos responderam na sua maioria a questão em parte, seguido de não contribuem com os locais de estágio, de igual forma também sugerido para acadêmicos.

Para a maioria dos acadêmicos o sistema avaliativo do estágio, está de acordo com a realidade da estrutura do mesmo. Os docentes expressaram que é preciso ainda reformulação, e que a nota atribuída pelo supervisor poderia ter peso maior na avaliação do estágio.

Percebemos que apesar das dificuldades relacionadas ao estágio se sobrepõem as facilidades, o estágio contribui de forma parcial para a formação do futuro profissional Bacharel em Educação Física, preservando sua importância, no entanto ficou evidente de que há necessidade de reformulação em alguns quesitos de sua estrutura, podendo melhorar ainda mais essa vivência. Quanto aos desafios (o que precisa melhorar) no estágio obrigatório, os acadêmicos fizeram vários apontamentos relacionados aos docentes: professores com experiências nas modalidades, dar mais atenção às dúvidas e reflexões dos acadêmicos,

auxílio nas elaborações de treinos, professor da disciplina atuar mais com a realidade. Os docentes citaram que precisam promover mais reflexões e debates e esclarecimento de dúvidas na sala de aula.

Quanto às dificuldades do estágio os acadêmicos citaram local de campo de estágio/ distância, horários, falta de profissionais com CREF, carga horária elevada, tempo para atuação, preenchimento de documentos e gastos.

Quanto aos destaques (o que foi significativo) durante a realização do estágio obrigatório, os acadêmicos citaram as experiências profissionais em diversas modalidades, aplicação da teoria no mercado de trabalho, aprendizado e o contato com a realidade. Os docentes destacaram que ainda é preciso alinhar teoria e prática, e que muitos acadêmicos se esforçam no quesito criatividade recebendo elogios em suas atuações.

Nesse sentido, pensando na utilidade acadêmica da pesquisa apresentaremos os resultados para a coordenação do curso a qual poderá discutir com o NDE, bem como elencamos as seguintes proposições objetivando a qualificação do estágio e da formação profissional e humanas:

- a) Os planos de treino serem avaliados pelos professores para posterior liberação dos estagiários para a intervenção;
- b) Apresentar um rol de locais para atuação dos estagiários, incluindo locais e projetos na Instituição;
- c) Possibilitar a formação dos supervisores de campo com certificação de curso de curta duração pela Instituição;
- d) Rever o sistema avaliativo do estágio;
- e) Mais aulas presenciais no estágio;
- f) Ampliar as visitas de acompanhamento do estagiário;
- g) Menos modalidades de estágio com maior carga horária.
- h) Ter professores específicos para cada modalidade a ser realizada o estágio.
- i) Aproveitar alguma carga horária realizada pelos acadêmicos no estágio curricular não obrigatório.

Entendemos que precisam ser realizados mais estudos acerca dessa temática.

REFERÊNCIAS

AMICUCCI, E. M. de M. *Estágio e supervisão em serviço social: desafios e possibilidades nos caminhos da formação profissional*. Serviço Social e Realidade, Franca, v. 21, n. 1, p.28, 2012.

BOLFER, M. M. M. de O. *Reflexões sobre prática docente: estudo de caso sobre formação continua de professores universitários*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade

Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7/2004. *Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena*. Diário Oficial da União, Brasília, 5. abr. 2004, Seção 1, p. 18.

BRASIL. *Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3-4, 26 set. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº CNE/CP 009/2001, de 08 de maio de 2001. *Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Distrito Federal: Diário Oficial da União, 18. jan. 2002, Seção 1, p. 31.

COLOMBO, I. M.; BALLÃO, C. M. *Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil*. Educar em Revista, n. 53. p. 171-186, jul/set. 2014. Curitiba: Ed. UFPR, 2014.

DCN. *Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena*. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. Resolução n.º 7, de 31. mar. 2004.

DEBUS, J. C. S. *Educação para a autonomia: Reflexões sobre a atualidade do conceito de autonomia a partir de um estudo entre crianças*. Florianópolis: UFSC, 2018.

GALIAZZI, M. C. *Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces* Ciência & Educação, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. *apud* FERREIRA, R. *Metodologias ativas na formação de estudantes de uma universidade comunitária catarinense: trançado de avanços e desafios*. Porto Alegre: PUCRS, 2017.

GHILARDI, R. *Formação profissional em Educação Física: A relação teoria e prática*. Jun. 1998. Disponível em: <https://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/04n1/4n1_ART01.pdf>. Acesso em: 11. mai. 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDSHMIDT, R. *Trabalho docente pela perspectiva da dignidade humana*. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 14(27): 47-73, jul.-dez. 2014 • ISSN Impresso: 1676-529-X • ISSN Eletrônico: 2238-1228. 2014.

JANUARIO, C. *O Desenvolvimento Profissional: a aprendizagem de ser professor e o processo de rotinização das decisões préinterativas em professores de Educação Física*. In: NASCIMENTO, J. V.; FARIAS, G. O. (Org.). *Construção da identidade profissional em Educação Física: da formação à intervenção*. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2012.

LACKS, S.; TAFFAREL, C. *Diretrizes Curriculares: proposições superadoras para a formação profissional*. In: FIGUEIREDO, Z. C. C. (Org.). *Formação profissional em Educação Física e mundo de trabalho*. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005.

NASCIMENTO, J. V.; REZER, R. *As novas Diretrizes Curriculares, a regulamentação e o processo de formação – Apontamentos para o campo da Educação Física Brasileira*. Síntese das considerações introdutórias desenvolvidas no Projeto de Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Chapecó, 2002.

NOZAKI, H. T. *Mundo do trabalho, formação de professores e conselhos profissionais*. Set. 2003. In: FIGUEIREDO, Z. C. C. (Org.). *Formação profissional em Educação Física e mundo de trabalho*. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005.

PARASURAMAN, A. *Marketing research*. 2. ed. New York: Addison-Wesley Publishing Company, 1991.

PPC. *Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Educação Física – Bacharelado – PPC*. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD. Setor de Avaliação Institucional – SEAI. Criciúma: UNESC, 2018.

RAMOS, I. V. *Estágios Curriculares: Autonomia incontestada e protagonismo discente revelados*. São Leopoldo: UNISINOS, 2013.

REZER, R. *O trabalho docente na formação inicial em educação física: reflexões epistemológicas*. Porto Alegre: Orquestra, 2013. 351 p.

SCHERER, A. *Educação Física e os mercados de trabalho no Brasil: quem somos, onde estamos e para onde vamos?* In: FIGUEIREDO, Z. C. C. (Org.). *Formação profissional em Educação Física e mundo de trabalho*. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 63, 74, 76, 115, 116, 125, 143

Ansiedade 42, 47, 61, 68, 81, 91, 129

Artigos 13, 58, 59, 92, 143

Atividades de lazer 61

Atletismo 119, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 165, 166, 167

Autocuidado 5

Autonomia 1, 6, 8, 10, 44, 52, 72, 90, 94, 95, 154, 161, 162, 165, 167

B

Benefícios 62, 63, 106, 107, 113, 123

Bolsistas 41, 45, 47

Brasil 5, 9, 10, 11, 12, 15, 18, 19, 38, 50, 51, 52, 56, 65, 66, 71, 76, 94, 95, 101, 105, 111, 113, 116, 117, 118, 123, 124, 125, 131, 141, 154, 167

C

Coleta 3, 48, 77, 89, 97, 120, 136

Corpo 2, 3, 5, 7, 14, 28, 59, 60, 72, 127, 128, 130, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 167

Corrida 104, 109, 159, 161, 162

Cultura 2, 3, 7, 9, 11, 52, 54, 116, 127, 133, 137, 138, 140, 141, 143, 146, 155, 158, 166, 167

Curso 15, 17, 18, 38, 39, 40, 44, 49, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 117, 153

D

Dança 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 72, 74, 79, 128, 152, 158

Depressão 34, 61, 66, 106, 107, 111

Desigualdades 8, 10, 11, 54

Dor 19, 28, 29, 35, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 101, 142, 143, 146, 147

E

Educação 8, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 38, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 111, 113, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 139, 140, 141, 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 167, 168

Educação física 8, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 102, 103, 105, 107, 111, 113, 125, 126, 128, 131, 139, 140, 141, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 167, 168

Escala Likert 45

Escola 2, 3, 4, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 40, 44, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 96, 125, 127, 129, 130, 139, 141, 150, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 163, 165, 166, 167

Escolas 1, 3, 5, 7, 11, 44, 96, 102, 105, 116, 155, 156

Esporte 3, 7, 13, 38, 39, 56, 74, 96, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 128, 141, 142, 145, 146, 147, 149, 153, 155, 156, 157, 158, 166, 167, 168

Estágio 44, 49, 51, 55, 68, 69, 70, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 123, 135, 137, 140

Estudantes 2, 5, 8, 52, 53, 76, 81, 94, 151, 153, 154, 155, 157, 162, 165, 166

Ética 1, 2, 3, 4, 5, 6, 18, 45, 82, 97, 116, 149

Exames 61

F

Futebol 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 119, 120, 126, 132, 136, 137, 139, 166

G

Gênero 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 20, 45, 114, 120, 121, 122, 123, 124

Gestação 60

Graduação 5, 8, 38, 39, 40, 44, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 93, 94, 95

H

Homens 10, 17, 18, 20, 121, 137

I

Insegurança 41, 45, 68, 81, 91, 155

Instrumento 18, 19, 45, 65, 77, 117, 136, 145, 146

Intervenção 15, 17, 57, 71, 72, 76, 81, 86, 91, 93, 94, 158

J

Jogos 2, 7, 11, 13, 50, 53, 54, 117, 118, 119, 120, 123, 125, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 159

M

Materiais 3, 11, 128, 129, 130, 132, 139, 140, 156, 157, 158, 166

Medicamentos 62

Medo 42, 66, 129, 145, 167
Meninas 7, 51, 105, 166
Meninos 7, 51, 105, 166
Ministério da Educação 44, 56, 71, 94, 131
Mulheres 18, 58, 61, 121, 137

O

Obesidade 20, 34, 36, 61
Operações especiais 15, 17, 18, 38, 39, 40
Orientação sexual 1, 2, 4, 5, 6

P

Pesquisa 7, 1, 3, 4, 5, 8, 9, 12, 13, 14, 18, 35, 41, 45, 54, 59, 62, 63, 68, 75, 76, 77, 78, 79, 93, 94, 97, 102, 107, 120, 134, 136, 139, 140, 141, 143, 144, 149, 168
Policiais 15, 17, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40
Policial militar 15, 16, 17, 33, 34, 36, 37, 38
Preconceito 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9
Prevenção 18, 37, 38, 62, 63, 106, 107
Professor 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 43, 44, 46, 48, 50, 52, 71, 79, 83, 84, 85, 88, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 102, 113, 131, 154, 156, 167, 168
Professores 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 51, 68, 71, 73, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 101, 102, 130, 132, 150, 155, 156
Profissão 16, 33, 36, 71, 72, 73, 74, 81, 82

Q

Qualidade de Vida 2, 15, 17, 18, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 101, 125
Questionário 1, 4, 5, 18, 20, 21, 22, 34, 36, 38, 40, 41, 45, 68, 77, 78, 97
Questionários 4, 5, 18, 34

R

Raiva 145
Relacionamento 7
Religião 18, 20

S

Saúde 1, 2, 3, 4, 5, 6, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 57, 58, 61, 65, 70, 74, 75, 82, 88, 97, 101, 102, 105, 106, 111, 123, 168

T

Tabagismo 61

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 15, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 29, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 46, 47, 53, 59, 61, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 76, 79, 81, 84, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 106, 107, 127, 130, 132, 133, 134, 140, 141, 143, 148, 152, 153, 154, 155

U

Universidade 13, 15, 38, 39, 40, 41, 45, 49, 66, 68, 70, 74, 75, 77, 90, 93, 94, 96, 97, 102, 103, 113, 125, 126, 132, 139, 140, 141, 149, 153, 168

V

Valores 6, 7, 8, 10, 19, 74, 107, 114, 120, 141, 143, 147, 148, 158

Violência 33, 147

 **Atena**
Editora

2 0 2 0